



COMBOIOS DE PORTUGAL

08

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO





I - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das funções que lhe estão consignadas na Lei e nos Estatutos, a Comissão de Fiscalização elaborou o presente Relatório e Parecer, sobre o Relatório e Contas da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o qual lhe foi submetido em 08/05/2009.

A CP foi criada pelo Decreto-Lei nº. 109/77, de 25 de Março, com a natureza jurídica de empresa pública, regendo-se pelos respectivos Estatutos aprovados por este diploma, pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de Dezembro, e subsidiariamente pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Como factos relevantes ocorridos em 2008, destacam-se:

- Forte aumento da procura de passageiros no tráfego de longo curso e no tráfego suburbano da zona do Porto, o que contrasta com a perda de passageiros em Lisboa e a quebra do procura no transporte de mercadorias;
- Melhoria do Resultado Operacional em cerca de 6,2 milhões de euros relativamente a 2007;
- Resultados financeiros negativos em cerca de 107,8 milhões de euros, verificando-se um agravamento de 7,2 milhões de euros;
- Agravamento do Resultado líquido em cerca de 6,5 milhões de euros, para o qual contribuiu a quebra dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários;
- Inversão da trajectória descendente da evolução dos Custos com o pessoal verificada nos últimos anos;
- No final de 2008, o Capital Próprio da CP atinge cerca de 2 mil milhões de euros negativos e o passivo remunerado cerca de 3 mil milhões de euros.

II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Comissão de Fiscalização reuniu ordinariamente pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Inspeção-Geral das Finanças e ao órgão de gestão da CP.

No decorrer do exercício de 2008, a Comissão de Fiscalização acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o Conselho de Gerência, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.



Foram analisadas as actas das reuniões daquele Conselho, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2008 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas da Empresa foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra este órgão, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a competente Certificação Legal das Contas, a qual contém uma ênfase considerada apropriada pelo mesmo.

III – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório Anual de Gestão, apresentado pelo Conselho de Gerência da CP, contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta, satisfazendo os requisitos expressos no artigo 66.º do CSC. O Conselho de Gerência propõe que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 190.385.876 euros negativos, sejam transferidos para a conta Resultados Transitados.

Parece-nos, no entanto, de realçar os aspectos seguintes sobre a actividade produtiva da empresa:

- Os indicadores dos tráfegos referidos no Relatório do Conselho de Gerência, mostram um aumento global da procura, que se traduziu por uma evolução positiva de 1,6% em unidades de tráfego (UK), essencialmente influenciada pelo crescimento do tráfego de passageiros de 3,7% em passageiros quilómetro (PK), uma vez que houve uma diminuição do tráfego de mercadorias de 1,4% em toneladas quilómetro (TK).
- Do efeito conjugado do aumento da procura e da estabilização do efectivo, resultou um aumento de 1,4% da produtividade física do factor trabalho, o qual atingiu em 2008 o valor de 1,5 milhões de UK/trabalhador do efectivo médio.
- No tráfego de passageiros houve um aumento de 3,7% nos passageiros quilómetro (PK), para o qual contribuíram fundamentalmente o tráfego de longo curso e o tráfego suburbano do Porto, uma vez que houve uma diminuição no tráfego suburbano de Lisboa e no tráfego regional. Verificou-se um aumento de 0,6% em passageiros transportados (P) e um aumento de 5,7% na receita estatística. Na estrutura do tráfego de passageiros

voltou a aumentar o peso relativo do tráfego de longo curso, que representa agora 36,0%, embora continue a ser dominante o tráfego suburbano de Lisboa e Porto, com 49,1%.

- No tráfego de mercadorias houve uma diminuição de 1,4% nas toneladas quilómetro (TK) e de 1,2% nas toneladas transportadas (T), embora tivesse havido um aumento de 1,2% na receita estatística. Mantém-se a característica de um grupo reduzido de tráfegos serem os mais representativos em receita e em volume.
- O índice de estrutura de tráfego (PK/UK) mostra um novo crescimento relativo do tráfego de passageiros, que representa agora 59,9% do tráfego total da empresa.

IV - ANÁLISE DAS CONTAS

1. A CP regista um prejuízo de 190,4 milhões de euros no exercício de 2008, o qual aumentou em cerca de 6,5 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior. Para esta evolução negativa contribuiu a quebra dos resultados financeiros em cerca de 7,2 milhões de euros e dos resultados extraordinários em cerca de 5,5 milhões de euros, não obstante a melhoria dos Resultados operacionais em cerca de 6,2 milhões de euros. Enquanto o comportamento dos resultados financeiros é influenciado pelo aumento do endividamento e da taxa média de juro, o de resultados extraordinários está essencialmente associado aos ganhos obtidos em 2007 com a alienação de material circulante que não se repetiram em 2008. O EBITDA, antes de subsídios à exploração, sofreu uma quebra de 4,3 milhões de euros (8,1%),
2. O aumento de 5,8% dos Custos com o pessoal deve-se ao incremento da massa salarial (4,3%) e de outros encargos. O aumento em termos *per capita*, considerando o efectivo médio a cargo da CP, é de 3,9% na massa salarial e de 5,1% nos Custos com o pessoal, antes dos encargos com indemnizações ao pessoal por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo. O aumento verificado na massa salarial decorre da actualização da tabela salarial, dos efeitos de outras cláusulas de expressão pecuniária e da produção de efeitos em 2008 de processos de avaliação de desempenho de 2006 e 2007. Ainda a nível dos custos, a rubrica Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas regista um aumento significativo de 17,3% (+2,8 milhões de euros) devido essencialmente ao aumento do preço dos combustíveis (gasóleo para a tracção).
3. Apesar da melhoria registada no desempenho económico da Empresa, a sua situação económica e financeira continua a apresentar-se bastante desequilibrada se atendermos ao desajustamento estrutural da exploração, ao valor do Capital Próprio em -2,0 mil milhões de euros, em 31/12/2008, ao elevado nível de endividamento que atinge 3,0 mil milhões de euros, dos quais cerca de 2,8 mil

milhões de euros dizem respeito a empréstimos, responsáveis pelos elevados encargos financeiros.

4. O programa de investimentos realizado no exercício totalizou 51,4 milhões de euros (18,4 milhões de euros em 2007) e incidiu essencialmente na aquisição de material circulante (35,9 milhões de euros) e outros investimentos (12,9 milhões de euros), cujo financiamento foi efectuado sobretudo por recurso ao crédito bancário (42,8 milhões de euros). A cobertura financeira deste investimento pelo PIDDAC foi de cerca de 8 milhões de euros e por fundos comunitários por um montante inexpressivo de 534 mil euros.

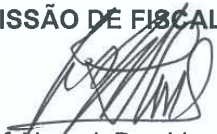
V – PARECER

Atento ao exposto, a Comissão de Fiscalização emite o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas da CP referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, com a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas, bem como a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Gerência.

A Comissão de Fiscalização, finalmente, regista com apreço a disponibilidade manifestada não só pelos responsáveis dos diferentes Serviços mas, também, pela generalidade do pessoal desta Empresa Pública.

Lisboa, 14 de Maio de 2009

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO



Dr. Issuf Ahmad, Presidente



Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"



Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Vogal